

Permitam-me manifestar o enorme gosto em participar nesta cerimónia organizada com o objetivo de homenagear os funcionários de justiça.

Agradeço, por isso, o amável convite que me foi dirigido pelo Exmo. Senhor Presidente do Tribunal da Relação do Porto, Juiz Desembargador José Igreja Matos.

Não posso deixar de salientar que o Tribunal da Relação do Porto é também o meu Tribunal, tendo uma ligação forte com o mesmo. Bem como não posso deixar de levar em consideração que é na qualidade de Diretora-Geral da DGAJ que me encontro aqui hoje.

Sinto, por isso, uma acrescida responsabilidade na escolha das palavras que vos quero dirigir, porque ao longo dos anos foi crescendo o respeito pelo trabalho de cada um de vós e em particular daqueles que comigo partilharam os desafios profissionais que os Tribunais foram colocando.

Um Tribunal faz-se de pessoas e para as pessoas, norteador pela ideia de serviço público que a realização da Justiça satisfaz.

Dotados de uma dedicação e empenho amplamente reconhecido, os funcionários de justiça assumem um papel imprescindível na administração da justiça, exercendo funções de responsabilidade, quer na preparação do processo para decisão, quer na exteriorização dessa mesma decisão, contribuindo de forma decisiva, ainda que ao nível interlocutório, para a prolação de decisões em tempo razoável.

De todo o modo, não é apenas naquilo que diz respeito às competências funcionais que os oficiais de justiça se destacam. É inegável a importância que assumem na perceção que o cidadão tem da justiça e dos tribunais, tanto mais que figuram no primeiro e, por vezes, no único contacto com aquele.

Reconhecida, não tenho dúvida em testemunhar que os funcionários de justiça com quem diretamente trabalhei ao longo dos anos cumpriam de modo exemplar essa responsabilidade.

Sem desvalorizar todos aqueles com quem trabalhei, tenho hoje condições para, numa análise mais global, transmitir, com orgulho, que esse modo de receber, atender, dar resposta às primeiras questões, é cultural e transversal à generalidade dos oficiais de justiça. Assumem expressão os elogios ao modo como o serviço é prestado e são marginais as queixas quanto ao atendimento dispensado.

E, se dúvidas houvesse a este respeito, teriam as mesmas ficado esclarecidas com o exemplar desempenho dos oficiais de justiça durante o período pandémico.

A capacidade de adaptação a um modelo de trabalho totalmente distinto, com teletrabalho, jornada contínua, horário desfasado, nunca descurou a manutenção do atendimento ao público.

Ainda assim, cumpre-me destacar a recetividade em implementar modelos flexíveis e inovadores também neste atendimento, sem deslocação física dos utentes aos respetivos tribunais. Modelos de atendimento nunca antes utilizados, que incluíram o atendimento por vídeo chamada.

Ora, a capacidade de adaptação que se evidenciou no período da pandemia revelou uma cultura de serviço público suportada no adequado cumprimento da missão dos serviços. Sempre que o processo não estava integralmente digitalizado, o que acontecia com frequência, principalmente no processo criminal, foi assegurada a sua digitalização, trabalho esse desempenhado presencialmente, mas que permitiu que o trabalho dos magistrados pudesse ter lugar exclusivamente à distância.

Não posso ainda deixar de destacar que, neste período, muitos foram os julgamentos e diligências que se realizaram com os magistrados, advogados e intervenientes processuais no recato das suas residências. Os oficiais de justiça, com o trabalho presencial, na medida do necessário e indispensável, garantiram as condições necessárias para o funcionamento do serviço de justiça, contribuindo em simultâneo para a redução da transmissão do vírus.

Este exemplo temporalmente próximo, que retrata as qualidades profissionais e pessoais dos oficiais de justiça, corrobora a ideia de que um Tribunal se faz de pessoas, não existindo a possibilidade de serem integralmente substituídas por máquinas.

Os funcionários de justiça assumiram-se sempre como parte ativa de um sistema judiciário cada vez mais tecnológico, contribuindo em simultâneo para que a justiça se mantenha inclusiva e acessível também para aqueles que não podem ou não conseguem usar o digital.

Mas, se o cada vez maior uso de tecnologias informáticas evita a prática de tarefas repetitivas e automáticas, estou em crer que também permitirá que a atividade dos oficiais de justiça seja cada vez mais especializada e se situe num patamar que os possa dignificar cada vez mais.

Neste âmbito, e nunca é demais referir, sobressai sempre a aposta na formação e capacitação, que os próprios funcionários assumem como uma responsabilidade, mas também como uma necessidade de valorização pessoal e profissional e na qual a DGAJ acredita e investe, tendo reforçado os meios do Centro de Formação para estar apto a responder a todos estes desafios.

Não posso deixar de enaltecer o esforço, persistência, resiliência, espírito de sacrifício e, acima de tudo, força de vontade, que revelam os senhores Oficiais de Justiça ao abraçarem os desafios de valorização profissional.

Convicta que estou que a formação interna ou externa, nacional e também internacional, agora com a oferta formativa da Rede Europeia de Formação Judiciária, depois da DGAJ ter sido admitida como parceira, permitirá acompanhar as crescentes necessidades de especialização que também se sentem ao nível dos oficiais de Justiça.

Conforme o primeiro princípio proclamado na Declaração de Princípios sobre Formação Judicial, da Organização Internacional para a Formação Judicial, a formação judicial é fundamental para assegurar a independência judicial, o Estado de Direito e a proteção dos direitos das pessoas. Entre estes direitos, destaca-se, evidentemente, o de acesso à Justiça.

Os funcionários judiciais, nunca é demais lembrar, constituem a face mais visível da Justiça para o cidadão comum, pois é com eles que é estabelecido o primeiro contacto nos tribunais, o qual é mantido ao longo de todo o processo.

É, portanto, incontestável o papel da formação regular, de qualidade e diversificada, cumprindo-me aqui enaltecer o sentido de responsabilidade que manifestam na aposta formativa que reconhecidamente fazem.

Em nome da Direção-Geral da Administração da Justiça e em meu nome pessoal saúdo a realização de iniciativas como esta, expresso o desejo que nos possamos voltar a encontrar em momentos de informalidade e celebração, e faço votos que alcancem as maiores realizações pessoais e profissionais.

Muito obrigada.